



PARECER Nº , DE 2021

Da Mesa do Senado Federal, sobre os Projetos de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2019, e nº 3, de 2021, que alteram disposições da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Relator: Senador Marcelo Castro

1. Relatório

Vêm ao exame da Mesa do Senado Federal o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2019 – PRN 3/2019, de autoria das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como, apensado ao primeiro, o Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2021, de autoria do Deputado Sidney Leite (PSD/AM) – PRN 3/2021. Ambas as proposições visam alterar disposições da Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a comissão mista permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO).

O PRN 3/2019 objetiva promover diversas alterações na Resolução nº 1, de 2006-CN:

“1) Aperfeiçoamento do texto referente à designação dos membros da CMO (art. 7º, § 1º)”

O texto faz referência ao período de mandato do membro, fazendo remissão ao § 1º do art. 10, onde se define sua duração, evitando menção a “membros ... que integraram a Comissão anterior”.

2) Aperfeiçoamento de redação (art. 10, caput e §§ 1º e 2º)

Faz referência, no caput, não à instalação da CMO, mas à instalação dos trabalhos da CMO (Comissão Mista Permanente), bem como evitar menção a comissão anterior.

O § 1º é introduzido com vistas a tornar mais claro o término do período do mandato do membro titular ou suplente na CMO. O período do mandato termina com a instalação dos trabalhos da CMO no período seguinte, que ocorrerá na última terça-feira do mês de março.

O § 2º define quem deve presidir a reunião de instalação dos trabalhos da CMO (membro titular mais idoso, integrante da Casa a que compete a Presidência, dentre os que tenham participado do maior número de legislaturas no Congresso Nacional).



SF/21000.03385-76



3) Previsão do Colegiado dos Representantes dos Líderes (art. 10-A, caput e parágrafo único)

O Colegiado não tem previsão na Resolução nº 1/2006-CN, mas apenas no Regulamento da CMO.

4) Ata da reunião da eleição do coordenador da bancada estadual (art. 10-B, §§ 1º a 4º)

Definição de prazo para a bancada estadual encaminhar à CMO ata da reunião da eleição do coordenador, que deverá ser assinada pela maioria absoluta da representação de cada Casa.

Se a ata da reunião não fixar prazo, o coordenador permanecerá no exercício de suas funções até que o resultado de nova eleição seja comunicado à CMO, tendo como limite o fim da legislatura.

5) Definição das áreas temáticas (art. 26, caput e §§ 5º e 6º)

As áreas temáticas serão listadas não como incisos do caput, mas em Anexo da Resolução nº 1/2006-CN (hoje inexistente), no qual estarão relacionadas aos órgãos correspondentes.

O Anexo poderá ser alterado pela CMO caso ocorram alterações da estrutura organizacional do Poder Executivo.

6) Ajuste de texto referente às condições para apresentação de emenda de comissão (art. 44, inciso II)

O texto atual do art. 44, inciso II, prevê que emendas de comissão devem observar determinadas disposições aplicáveis às emendas de bancada estadual (art. 47, incisos II a V). Este projeto de resolução, no entanto, propõe a revogação dessas disposições.

7) Redução do quórum na Câmara dos Deputados (de 3/4 para 2/3) para aprovação da ata da reunião da bancada estadual que deliberar sobre emendas (art. 47, inciso I)

Esse ajuste se faz para evitar exigência de quóruns distintos nas representações da duas Casa em cada bancada estadual. Além disso, busca harmonizar o dispositivo com o art. 68, que prevê quóruns iguais para autorizar o coordenador a solicitar ao Relator-Geral remanejamento de valores entre as emendas.

8) Flexibilização dos requisitos para a apresentação de emendas de bancada estadual - possibilidade de emendas com programação genérica (art. 47, incisos II a V)

Revogação dos incisos II a V do art. 47, que resumidamente exigem:

II - o objeto deve ser identificado de forma precisa;

III - os projetos devem ser de grande vulto ou estruturante;

IV - as transferências relativas a atividades ou operações especiais não podem ser efetuadas nas modalidades de aplicação 40 (governo municipal) e 50 (entidade privada);

V - a justificação da emenda deve conter as seguintes informações: relação custo-benefício e seus aspectos econômico-sociais; o valor total estimado, a execução orçamentária e física acumulada e o cronograma da execução a realizar, em caso de projeto; as demais fontes de financiamento da ação e as eventuais contrapartidas.



9) Limitação da quantidade de emenda de bancada estadual - máximo de 15 emendas por bancada estadual (art. 47, § 1º)

Incorpora o critério adotado nas últimas LDOs para emenda impositiva de bancada (quantidade fixa por bancada). Tal critério é compatível com o princípio da execução equitativa¹. Já a Resolução atual utiliza a proporcionalidade das bancadas na definição de quantidade de emendas, sendo o atendimento ponderado por população, renda e destinação de recursos nos últimos três anos.

10) Obrigatoriedade de apresentação anual de emenda de bancada até a conclusão da obra ou do empreendimento iniciado (art. 47, § 2º)

Atualização da redação que impõe que as emendas de bancada contemplem anualmente determinada obra até sua conclusão. Os incisos II e IV, que atualmente permitem justificar a não apresentação da emenda a cada ano, são revogados.

11) Aperfeiçoamento do texto que prevê inadmissibilidade de uma emenda quando a bancada estadual não reapresentar outra, de repetição obrigatória (art. 47, § 3º)

O texto é atualizado para contemplar “empreendimento”, previsto na PEC nº 34/2019)

12) Definição de empreendimento (art. 47, § 4º, incisos I e II)

Definição de termo constante da PEC nº 34/2019 aprovada pelo Congresso Nacional.

13) Extinção da emenda de bancada do tipo “remanejamento” (art. 48)

Não mais se justifica a manutenção de emenda de remanejamento em virtude da alteração constitucional referente às emendas de bancada. Propõe-se, no entanto, que a bancada possa sugerir ao Relator-Geral que apresente emenda de remanejamento, observando-se as condições atuais.”

Foram apresentadas 40 emendas ao PRN 3/2019, conforme quadro a seguir apresentado:

Emenda	Autor	Objetivo
1	Sen. Zequinha Marinho	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
2	Dep. Hildo Rocha	Esclarece que a reunião de instalação da comissão será presidida por parlamentar presente.
3	Dep. Hildo Rocha	Estabelece <i>quorum</i> de 2/3 para designação do coordenador de bancada estadual.
4	Dep. Hildo	A participação do Líder do Governo no Congresso Nacional no

¹ 1 PEC nº 34/2019:

“Art. 166 (...)

§ 18. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.”(NR)



Emenda	Autor	Objetivo
	Rocha	colegiado de líderes se dará sem direito a voto.
5	Dep. Hildo Rocha	Aprimora a redação da obrigatoriedade de reapresentação de emendas pela bancada, mantendo a regra atual.
6	Sen. Humberto Costa	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
7	Sen. Major Olímpio	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
8	Sen. Paulo Paim	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
9	Dep. Ricardo Barros	Mantém o atual rodizio de membros da CMO; mantém a redação atual do inciso II do art. 44; não revoga os incisos II a V do art. 47, o inciso I do caput do art. 57 e os §§ 1º e 2º do art. 57.
10	Sen. Arolde de Oliveira	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
11	Sen. Paulo Rocha	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
12	Dep. Daniel Coelho	Altera a composição da CMO para 45 deputados e 15 senadores, com igual número de suplentes.
13	Sen. Alvaro Dias	Mantém a quantidade atual de emendas de bancada e a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
14	Sen. Flávio Bolsonaro	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
15	Sen. Flávio Arns	Mantém a quantidade atual de emendas de bancada e a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
16	Dep. Carlos Zarattini e outros	Determina a participação do Líder da Minoria no Congresso Nacional no colegiado de líderes.
17	Sen. Jorge Kajuru	Mantém a quantidade atual de emendas de bancada e a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
18	Sen. Jorge Kajuru	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
19	Sen. Paulo Rocha	Mantém a quantidade atual de emendas de bancada e a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
20	Sen. Jean Paul Prates	Mantém a quantidade atual de emendas de bancada e a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
21	Sen. Vanderlan Cardoso	Mantém a quantidade atual de emendas de bancada e a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
22	Sen. Jarbas Vasconcelos	Mantém a quantidade atual de emendas de bancada e a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
23	Sen. Rodrigo Pacheco	Mantém a quantidade atual de emendas de bancada e a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
24	Sen. José Serra	Mantém a quantidade atual de emendas de bancada e a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
25	Sen. Esperidião Amin	Mantém a quantidade atual de emendas de bancada e a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
26	Sen. Weverton	Mantém a quantidade atual de emendas de bancada e a





Emenda	Autor	Objetivo
		iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
27	Sen. Veneziano Vital do Rego	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal e propõe que emendas de remanejamento sejam propostas pela representação do Senado Federal ao Relator Geral.
28	Sen. Jaques Wagner	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
29	Sen. Jaques Wagner	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
30	Sen. Roberto Rocha	Mantém a quantidade atual de emendas de bancada e a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
31	Sen. Romário	Mantém a quantidade atual de emendas de bancada e a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
32	Sen. Flávio Bolsonaro	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
33	Sen. Eliziane Gama	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
34	Sen. Marcelo Castro	Mantém o atual rodízio de membros da CMO; mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal; possibilita a apresentação de emendas, além daquelas com garantia de execução; mantém a necessidade de aprovação por 3/4 dos deputados para apresentação de emendas; e inclui o Líder da Minoria no Congresso Nacional no colegiado de líderes.
35	Dep. Domingos Sávio	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal e distribui 50% do valor destinado a emendas de bancada proporcionalmente à quantidade de parlamentares e 50% inversamente proporcional ao Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.
36	Dep. Domingos Sávio	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal e distribui 50% do valor destinado a emendas de bancada proporcionalmente à quantidade de parlamentares e 50% proporcionalmente à participação no FPE de cada estado.
37	Dep. Domingos Sávio	Mantém a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal e distribui 70% do valor destinado a emendas de bancada igualmente e 30% proporcionalmente à população de cada Estado.
38	Sen. Angelo Coronel	Mantém a quantidade atual de emendas de bancada e a iniciativa de apresentação de emendas para a representação do Senado Federal
39	Dep. Elmar Nascimento	Distribui o valor destinado a emendas de bancada proporcionalmente ao número de parlamentares de cada Estado.
40	Dep. Paulo Azi	Mantém a redação atual do inciso I do art. 47 da Resolução 1/2006-CN

O PRN 3/2021, apresentado no dia 26 de outubro, foi apensado na mesma data ao projeto de resolução já em tramitação (PRN 3/2019), com fundamento no art. 48, § 1º, do Regimento Interno desta Casa.

Esse projeto visa revogar os incisos II, III e IV do art. 47 da Resolução nº



SF/21000.03385-76



1, de 2006-CN. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

2. Análise

Compete à Mesa do Senado Federal, nos termos do art. 128, § 3º, do Regimento Comum, emitir parecer sobre as proposições em análise.

Em que pese o mérito das propostas contidas no PRN 3/2019 e das emendas que lhes foram apresentadas, acreditamos que o momento não é propício para a discussão de temas polêmicos que podem comprometer a aprovação do projeto.

Dessa forma, estamos propondo que sejam levados ao Plenário somente dois temas:

I) atualização das 16 áreas temáticas previstas na Resolução e autorização para que as novas atualizações decorrentes de alteração na estrutura administrativa do Poder Executivo sejam feitas diretamente pela CMO; e

II) aperfeiçoamento das regras para apresentação de emendas de bancada estadual, de modo a:

a) permitir que contemplem obras diversas quando: localizadas no Distrito Federal ou em um município, região metropolitana ou RIDE; refiram-se ao mesmo tipo de obra executado no âmbito de determinada política pública; ou forem relativas ao funcionamento de órgão ou entidade federal; e

b) afastar restrições quanto a transferências para mais de um ente da Federação ou entidade privada.

A flexibilização relativa à apresentação desse tipo de emenda ao projeto de lei orçamentária anual visa aumentar a eficiência na alocação de recursos por parte das bancadas estaduais, com vistas ao efetivo atendimento das necessidades da população de cada Estado. Como exemplo dessa flexibilização, será permitido que, no âmbito da política pública de desenvolvimento urbano, seja apresentada emenda para recapeamento asfáltico que atenda a diversos municípios, por meio da ação “00T1 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação



SF/21000.03385-76



Viária”.

Cumpre destacar que, no que se refere ao PRN 3/2021, o Substitutivo que ora apresentamos incorpora grande parte de suas propostas, uma vez que igualmente estamos propondo a revogação dos incisos III e IV do art. 47 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Mesmo em relação à pretendida revogação do inciso II do mesmo artigo, esclarecemos que os aperfeiçoamentos que propusemos para o dispositivo alcançam indiretamente o objetivo da proposição apensada, que é justamente a flexibilização para a apresentação de emendas de bancada estadual.

3. Voto

Diante do exposto, votamos pela **APROVAÇÃO** das emendas 1, 5 a 8, 10, 11, 13 a 15, 17 a 26, 28 a 33, 38 e 40, pela **APROVAÇÃO PARCIAL** das emendas 9, 27 e 34 a 37, nos termos do Substitutivo que ora apresentamos, devendo as demais emendas ser rejeitadas.

Sala de Reuniões, em

Senador Marcelo Castro
Relator



SF/21000.03385-76



Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 3 de 2019, do Congresso Nacional

*Altera a Resolução nº 1, de 2006
- CN, para atualizar as áreas
temáticas do projeto de lei
orçamentária anual e os órgãos
correspondentes e modificar as
regras aplicáveis às emendas de
bancada estadual.*



SF/21000.03385-76

O **Congresso Nacional** resolve:

Art. 1º A Resolução nº 1, de 2006-CN, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 26. O projeto de lei orçamentária anual, no que se refere à despesa, será dividido em 16 (dezesesseis) áreas temáticas, cujos relatórios ficarão a cargo dos respectivos Relatores Setoriais.

.....

§ 5º O Anexo desta Resolução lista as áreas temáticas e os seus respectivos órgãos.

§ 6º Havendo alteração da estrutura organizacional do Poder Executivo, poderá a CMO promover ajustes no Anexo a que se refere o § 5º.” (NR)

“Art. 47.

.....

II - identificar de forma precisa o seu objeto, somente podendo contemplar obras distintas quando:

- a) forem realizadas no Distrito Federal ou em único município, região metropolitana ou região integrada de desenvolvimento (RIDE);
- b) constituírem tipo específico, devidamente identificado, executado no âmbito de determinada política pública; ou
- c) forem relativas ao funcionamento de um órgão ou entidade da administração pública federal.

.....” (NR)

Art. 2º Revogam-se os seguintes dispositivos da Resolução nº 1, de 2006-CN:

I - incisos I a XVI do *caput* do art. 26; e

II - incisos III a V do *caput* do art. 47.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



SF/21000.03385-76



Anexo da Resolução nº 1/2006-CN
Relação das Áreas Temáticas e Respectiveiros Órgãos

Área Temática	Órgão
01 - Infraestrutura	Ministério da Infraestrutura
02 - Saúde	Ministério da Saúde
03 - Desenvolvimento Regional	Ministério do Desenvolvimento Regional
04 - Educação	Ministério da Educação
05 - Cidadania e Esporte	Ministério da Cidadania
06 - Agricultura	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
07 - Turismo e Cultura	Ministério do Turismo
08 - Defesa	Ministério da Defesa
09 - Justiça e Segurança Pública	Ministério da Justiça e Segurança Pública
10 - Economia, Trabalho e Previdência	Ministério da Economia
	Ministério do Trabalho e Previdência
	Encargos Financeiros da União
	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
	Operações Oficiais de Crédito
	Dívida Pública Federal
	Banco Central do Brasil
11 - Ciência e Tecnologia e Comunicações	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
	Ministério das Comunicações
12 - Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente
13 - Presidência e Relações Exteriores	Presidência da República
	Ministério das Relações Exteriores
	Controladoria-Geral da União
	Gabinete da Vice-Presidência da República
	Advocacia-Geral da União
14 - Minas e Energia	Ministério de Minas e Energia
15 - Poderes	Câmara dos Deputados
	Senado Federal
	Tribunal de Contas da União
	Supremo Tribunal Federal
	Superior Tribunal de Justiça
	Justiça Federal
	Justiça Militar da União
	Justiça Eleitoral
	Justiça do Trabalho
	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
	Conselho Nacional de Justiça
	Defensoria Pública da União
	Ministério Público da União
	Conselho Nacional do Ministério Público
16 - Mulher, Família E Direitos Humanos	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos



SF/21000.03385-76